SUMÁRIO

DOUTRINA

ARTIGOS

A sustentabilidade do subconjunto de políticas de habitações sociais públicas na concretização do direito social à moradia

Ana Luiza Lacerda Amaral 13

Tredestinação e omissão à luz dos princípios constitucionais: algumas noções básicas e reflexões importantes

Davi Niemann Ottoni, **Gabriel Gomes da Luz**, **Matheus Oliveira Maia** 33

O estado de coisas ecoinconstitucionais e todos os mitos do Direito Ambiental brasileiro

Georges Louis Hage Humbert 51

Danos ao meio ambiente da água de lastro: uma perspectiva à luz do Direito Sanitário

Karolaynne Paula Bessa Silveira, **Rodrigo de Paula Zardini** 59

Contribuições da teoria do planejamento urbano sobre o uso dos recursos da CFEM em Canaã dos Carajás, em 2021

Sandro Júnior do Carmo Alves 75

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Constitucional – ADI – Medida Provisória nº 2.163-41/2001 – Normas de transição à Lei nº 9.605/1998 – Crimes ambientais – Regularização da atuação de pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores – Termos de compromisso – Restrição às situações anteriores à vigência da Lei de Crimes Ambientais. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.083/DF

Supremo Tribunal Federal 103

Constitucional – Ambiental – ADI – Lei Complementar nº 38/1995 do Estado do Mato Grosso – Requisitos para o licenciamento ambiental de obras hidrelétricas – Federalismo – Respeito às regras de distribuição de competência legislativa concorrente – Criação de hipóteses de dispensa de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos potencialmente poluidores – Invasão de competência da União para editar normas gerais sobre proteção ambiental – Flexibilização indevida das hipóteses de licenciamento – Violação ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e dos princípios da proibição do retrocesso, da prevenção e da precaução. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.529/MT

Supremo Tribunal Federal 111

Administrativo – Ambiental – Responsabilidade civil do Estado por dano ambiental – Construção de moradias em área de preservação permanente – Ciência do município – Inércia por mais de seis anos – Responsabilidade objetiva por omissão. Agravo em Recurso Especial nº 1.756.656/SP

Superior Tribunal de Justiça 149

Ação Civil Pública – Processo Civil – Projeto "Amazônia Protege" – Responsabilidade ambiental – Desmatamento ilegal – Ação ajuizada contra pessoa incerta e não localizada – Citação por edital – Possibilidade – Obrigação *propter rem* – Súmula nº 623 do STJ – Admissibilidade. Apelação Cível nº 1000524-82.2019.4.01.3901

Tribunal Regional Federal da 1ª Região 157

Mandado de Segurança Criminal – Medida cautelar de busca e apreensão – Sequestro de bens – Crimes que resultam em prejuízo para a Fazenda Pública – Extração ilegal de recursos florestais – Funcionamento de atividade potencialmente poluidora sem licença do órgão ambiental competente – Indícios de materialidade e autoria – Aplicabilidade do Decreto-Lei nº 3.240/1941 – Manutenção da constrição. Mandado de Segurança Criminal nº 1007563-91.2022.4.01.000

Tribunal Regional Federal da 1ª Região 171

EMENTÁRIO

AÇÃO CIVIL PÚBLICA 177
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE 178
CRIME AMBIENTAL 182

DANO AMBIENTAL....183
LICENCIAMENTO AMBIENTAL....198
OCUPAÇÃO IRREGULAR....199

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

CRIME AMBIENTAL....201
DANOS AMBIENTAIS....201
LICENÇA AMBIENTAL....202

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO....203

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES....207